

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Journal do Brasil

Class.:

18

Data

10 de agosto de 1988

Pg.:

14

A hidrelétrica de Balbina

José Goldemberg

Volta ao noticiário a lamentável situação que se criou em torno da hidrelétrica de Balbina, iniciada em 1979, e destinada a suprir Manaus de energia elétrica.

Ninguém questionava na época a necessidade inadiável de garantir energia elétrica para a capital amazonense, que gerava sua energia em usinas térmicas. Estas usinas queimam óleo combustível trazido em barcaças, de longas distâncias, rio Amazonas acima.

A opção de resolver este problema construindo uma hidrelétrica a 176 quilômetros de Manaus não era a única, mas uma das várias existentes, o que não impediu a Eletronorte de embarcar imediatamente no projeto de Balbina, apesar das advertências feitas na ocasião.

Estas advertências tiveram três vertentes:

— As *técnicas* se baseavam no fato de que a região escolhida era extremamente plana, o que iria exigir a formação de um imenso lago, quase do tamanho do lago de Tucuruí (2.400km²), que irá gerar cerca de 8 milhões de kilowatts (30 kilowatts/hectare). Balbina deverá gerar, no máximo, 250 mil kilowatts (2,2 kilowatts/hectare). Além disso, sérias dúvidas foram formuladas sobre a capacidade de o rio Uatama encher o lago necessário para acionar as turbinas.

— As *econômicas*, uma vez que o custo da usina por kilowatt deverá ser superior a 3 mil dólares, quando é muito mais baixo em outras usinas hidrelétricas do país como Itaipu, onde cada kilowatt custou cerca de 1.200 dólares.

— As *ecológicas*, sobre cujos problemas o próprio secretário do Meio Ambiente do governo federal, Paulo Nogueira Neto, alertou o governo desde 1981. Segundo o secretário, o órgão que dirigia não foi ouvido na ocasião.

A que se deve o entusiasmo e determinação da Eletronorte em *tocar* as obras de Balbina apesar destas dúvidas? De acordo com alguns, "a classe política que fez muita pressão para que a hidrelétrica fosse construída". De acordo com os outros, devido à pressão dos empreiteiros encarregados das obras civis e dos produtores e vendedores das turbinas e outros equipamentos, que conseguiram vender seus produtos antes da aprovação final do projeto.

Apesar destas notórias pressões, os ministros de Minas e Energia — tanto da Velha como da Nova República —, bem como os presidentes Figueiredo e Sarney, legitimaram com suas presenças uma obra demasiadamente controversa que mereceria melhor estudo antes de se tornar irreversível.

Agora, passados quase dez anos de seu início, Balbina apresenta um novo problema, já há muito suspeitado, e que

parece se concretizar. A água do rio Uatama não consegue encher, na velocidade prevista, o lago cuja forma e tamanho nunca foram bem definidos. O surgimento de fugas imprevistas (devido a erros de topografia) faz com que a água se espraie além do esperado, sem falar das cavernas não conhecidas que absorvem quantidades imprevisíveis de água.

Para remediar o problema, a Eletrobrás propõe agora desviar o rio Alalaú através de um canal de 25 quilômetros em plena selva — a um custo estimado de 700 milhões de dólares — para alimentar o problemático lago de Balbina.

É mais um erro para compensar outros erros, à custa dos escassos recursos do povo brasileiro.

A situação de Balbina configura no fundo uma visão da irresponsabilidade reinante em certas empresas estatais que aprisionam um governo incapaz de reagir diante de erros e jogo de interesses. Os engenheiros responsáveis são bem intencionados e têm, na realização da obra, motivos de satisfação e realização pessoal e profissional. Têm contudo o vício das "soluções técnicas", que podem até existir, mas que envolvem custos crescentes. As empreiteiras encorajam esta visão que as beneficiam porque, quanto maior a obra, maiores seus benefícios.

O que falta neste quadro é a visão do interesse público, que muitas empresas estatais perderam, dominadas pelos interesses corporativistas internos.

No caso de Balbina, especificamente, eu próprio sugeri, em 1984, quando membro do conselho de administração da Eletrobrás, que fosse feito um estudo sobre a viabilidade de usar o gás natural descoberto pela Petrobrás em Jurua, a 600 quilômetros de Manaus, para gerar a eletricidade necessária àquela cidade. Neste caso, não seria preciso destruir a floresta amazônica, mas construir um gasoduto a um custo consideravelmente menor. Alternativamente, poder-se-ia gerar a eletricidade nas proximidades dos poços de gás, e transportar a eletricidade para Manaus. Este estudo não foi feito, e mais quatro anos de passaram, tornando as obras hidrelétricas de Balbina mais irreversíveis ainda.

A nosso ver, cumpre que o governo federal atue com energia neste caso, criando uma comissão interministerial — se necessário com assessoria de especialistas de fora do governo — para reavaliar a questão de Balbina e decidir claramente se vale a pena ou não terminá-la. Comissão deste tipo foi criada para decidir a sorte dos reatores nucleares de Angra dos Reis.

Só assim poderemos ter idéias claras da enormidade dos prejuízos causados por obras mal concebidas e aprovadas à revelia da sociedade, sabe-se lá para atender a quais interesses.

José Goldemberg é físico e reitor da Universidade de São Paulo.